



Demonstrações

CONTÁBEIS

Temas materiais





HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL
 (valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		127.840	118.591
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	40.298	40.708
Contas a Receber	(5)	1.700	144
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3b) (6)	(93)	(43)
Subvenções a Receber	(7)	33.119	25.893
Transferências de Recursos a Receber		-	47
Estoques	(3c) (8)	19.085	23.159
Adiantamento a Empregados	(9)	15.665	14.306
Tributos a Recuperar		239	198
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	3.857	3.169
Outras Contas a Receber	(11)	19.045	16.288
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(5.771)	(5.514)
Despesas Antecipadas		696	236
ATIVO NÃO CIRCULANTE		481.973	483.559
Realizável a Longo Prazo	(12)	112.672	112.880
Investimentos	(3d) (14)	2.748	4.755
Imobilizado	(3e) (15a)	365.070	364.121
Direito de Uso de Arrendamentos	(3g) (15b)	577	903
Intangível	(3h) (15c)	906	900
TOTAL DO ATIVO		609.813	602.150
"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."			



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. CNPJ 92.787.118/0001-20 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
BALANÇO PATRIMONIAL (valores em milhares de reais)			
	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		667.278	563.403
Fornecedores	(17)	21.269	15.889
Obrigações Trabalhistas	(18)	10.439	6.371
Obrigações Tributárias		2.372	2
Provisões Trabalhistas	(19)	129.150	120.102
Provisão para Riscos Fiscais	(20)	-	3.360
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(21)	481.047	402.200
Subvenções a Realizar	(22)	18.636	11.834
Arrendamentos a Pagar	(3i) (23)	423	401
Outras Contas a Pagar	(24)	3.942	3.244
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		462.161	454.954
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(21)	456.734	449.622
Provisão para Riscos Fiscais	(20)	5.274	4.830
Arrendamentos a Pagar	(3i) (23)	153	502
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(519.626)	(416.207)
Capital Social	(25)	222.997	180.950
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(26)	11.039	42.047
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(27)	17.363	17.748
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28)	42.179	43.110
Prejuízos Acumulados	(3h) (15c)	(813.204)	(700.062)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(12)	609.813	602.150
"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."			



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 (valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/12/2022	31/12/2021
RECEITA BRUTA		4.275	1.336
Prestação de Serviços	(29)	4.275	1.336
RECEITA LÍQUIDA		4.275	1.336
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(30)	(1.614.666)	(1.480.527)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(1.610.391)	(1.479.191)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(253.123)	(145.875)
Despesas Gerais e Administrativas	(31)	(161.784)	(138.820)
Outras Receitas Operacionais	(33)	14.403	56.800
Outras Despesas Operacionais	(34)	(105.742)	(63.855)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(1.863.514)	(1.625.066)
Despesas Financeiras	(36)	(358)	(531)
Receitas Financeiras	(37)	8.340	4.279
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL		(1.855.532)	(1.621.318)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(38)	1.741.074	1.594.095
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(39)	(114.458)	(27.223)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS		(1,01)	(0,24)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. CNPJ 92.787.118/0001-20 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (valores em milhares de reais)			
	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/12/2022	31/12/2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	(39)	(114.458)	(27.223)
Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	385	77
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28)	931	932
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		(113.142)	(26.214)
"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."			



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (valores em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		119.807	61.143	17.825	44.042	(673.848)	(431.031)
Aumento de Capital	(26)	61.143	(61.143)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(26)	-	42.047	-	-	-	42.047
Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	-	-	(77)	-	77	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28)	-	-	-	(932)	932	-
Prejuízo do Exercício	(39)	-	-	-	-	(27.223)	(27.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		180.950	42.047	17.748	43.110	(700.062)	(416.207)
	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		180.950	42.047	17.748	43.110	(700.062)	(416.207)
Aumento de Capital	(26)	42.047	(42.047)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(26)	-	11.039	-	-	-	11.039
Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	-	-	(385)	-	385	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28)	-	-	-	(931)	931	-
Prejuízo do Exercício	(39)	-	-	-	-	(114.458)	(114.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		222.997	11.039	17.363	42.179	(813.204)	(519.626)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. CNPJ 92.787.118/0001-20 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (valores em milhares de reais)			
	Nota	Período Atual 31/12/2022	Período Anterior 31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do Exercício	(39)	(114.458)	(27.223)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações	(15a) (15b)	25.524	25.651
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	434	490
Perdas Estimadas com Estoques		204	123
Custo do Imobilizado Baixado ou Indenizado		251	411
Provisões e Reversões		102.181	60.503
Realização das Subvenções para Custeio	(38)	(1.741.074)	(1.594.095)
Doações Recebidas		(1.808)	(5.124)
Prejuízo do Exercício Ajustado		(1.728.746)	(1.539.264)
Redução (aumento) de Ativos:			
Contas a Receber		(1.594)	(154)
Subvenções a Receber		(7.178)	6.984
Estoques		3.870	53
Depósitos Vinculados ou Restituíveis		(688)	(428)
Outras Contas a Receber		(4.614)	(35.806)
Aumento (redução) de Passivos:			
Fornecedores		5.380	(13.114)

Subvenções a Realizar		6.802	(1.945)
Contribuições com Exigibilidade Suspensa		-	(2.035)
Provisões para Indenizações Cíveis e Trabalhistas		(14.847)	(12.725)
Outras Contas a Pagar e Provisões		13.572	6.513
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(1.728.043)	(1.591.921)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(15a) (15c)	(26.288)	(36.288)
Venda de Imobilizado		-	-
Custo do Investimento Transferido para Venda		-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(26.288)	(36.288)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Subvenções para Custeio	(38)	1.741.074	1.594.095
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	(26)	11.039	42.047
Doações Recebidas		1.808	5.124
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		1.753.921	1.641.266
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(410)	13.057
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		(410)	13.057
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		40.708	27.651
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	(4)	40.298	40.708
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		40.298	40.708
Disponibilidades em Conta Corrente		14	2
Disponibilidades em Aplicações Financeiras		40.284	40.706
"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."			



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 (valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 31/12/2022	Período Anterior 31/12/2021
RECEITAS		1.759.320	1.651.741
Prestação de Serviços	(29)	4.275	1.336
Subvenção para Custeio	(38)	1.741.074	1.594.095
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(433)	(490)
Outras Receitas	(33)	14.403	56.800
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(352.642)	(328.490)
Custo dos Serviços Prestados		(287.727)	(290.856)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(32.547)	(32.700)
Provisão para Indenizações Cíveis		(31.930)	3.256
Provisão para Riscos Fiscais		(438)	(8.190)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.406.677	1.323.251
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15a) (15b)	(25.524)	(25.651)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.381.153	1.297.600
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		8.340	4.279
Receitas Financeiras	(37)	8.340	4.279
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.389.493	1.301.879
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.389.493	1.301.879
Pessoal		1.497.416	1.320.253
Remuneração Direta		1.330.806	1.153.651
Benefícios		71.372	69.635
FGTS		95.238	96.967
Impostos, Taxas e Contribuições		150	1.556
Federais		39	1.407
Estaduais		1	-
Municipais		110	149
Remuneração de Capitais de Terceiros		6.385	7.293
Juros		358	531
Aluguéis		6.027	6.762
Remuneração de Capitais Próprios		(114.458)	(27.223)
Prejuízo do Exercício	(39)	(114.458)	(27.223)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(valores em milhares de reais)

NOTA 1
CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Constituída em 26/07/1960 como empresa privada, de capital fechado, com sede em Porto Alegre/RS, a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição Ltda. teve o nome da sociedade alterado em 10/10/1967 para Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Mais tarde com a publicação do Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 07 de março de 1975, 51% das ações do capital social foram declaradas de utilidade pública para desapropriação pela União, na forma do Art. 5º, Alínea “g”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passando a ser uma estatal dependente controlada pela União (conforme define o Art. 2º, Inciso III da Lei Complementar nº 101/00), está vinculada ao Ministério da Saúde, através do Art. Único, Inciso XVII, Letra “f”, do Anexo do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019. Em 26/09/2017 o Conselho de Administração aprovou a mudança da natureza jurídica para empresa pública e a partir de 09/11/2017 passou a ter um único acionista, a União. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e à Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações, e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2016 da Portaria nº 2.116, tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. A renovação do referido certificado está em andamento. Possui interesse social, é de utilidade pública e tem o fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2
APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal

de Contabilidade - CFC com base: (i) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); (ii) na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; (iii) na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido; (iv) nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas em 2015 e baixados em dezembro de 2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e contribuições; (v) na elaboração da demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pelo Hospital, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e a amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; (vi) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o Art. 4º da Lei nº 9.249/95 e (vii) os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Com a obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias em 24/08/2018 e das demais contribuições em 20/11/2018 as referidas contribuições foram baixadas em agosto e dezembro de 2018, respectivamente. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 27 de janeiro de 2023.

NOTA 3
PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A base de reconhecimento e mensuração aplicados na preparação das demonstrações, bem como as principais práticas contábeis adotadas estarão elencadas a seguir:

a) Receitas e Despesas – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando

utilizadas, conforme disposto no item 2 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2017/NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistências Governamentais.

b) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) - Constituída de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo Art. 8º da Lei nº 13.097/15 e com o Art. 71 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (Nota 6).

c) Estoques - São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

d) Investimentos - As participações em outras empresas são adequadas ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (Nota 14).

e) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o custo atribuído conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado e em dezembro de 2018, em função da obtenção da imunidade total dos impostos e das contribuições, as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário este controle (Nota 15a).

f) Teste de Impairment - O teste de impairment deve ser aplicado para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo, e que aquele evento teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros, se estes puderem ser estimados de forma confiável. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., a depreciação já é calculada com base no tempo de vida útil e todos os bens que tiverem o custo de recuperação/manutenção maior que 50% do seu valor de mercado são considerados irrecuperáveis e baixados, conforme item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e Inciso IV do Art. 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; razão pela qual o Comitê de Análise do Patrimônio, em seu parecer datado de 30/12/2022, conclui que "não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de teste de recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais".

g) Direito de Uso de Arrendamentos - É um ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento e está contabilizado no ativo não circulante (Notas 3i e 15b).

h) Intangível - Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (Nota 15c).

i) Arrendamentos - São os contratos de arrendamentos que transferem o direito de uso de um ativo por um período de tempo mediante contraprestação, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do arrendador para o arrendatário. Após minuciosa análise de todos os contratos de aluguel, verificou-se aqueles que se enquadravam na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, para que fossem contabilizados o direito de uso e a depreciação no ativo não circulante e a obrigação no passivo circulante e não circulante (Nota 3g e 23).

j) Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda - Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20/11/2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual esta provisão também não é mais calculada como já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

**NOTA 4
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Numerário Disponível	14	2
Aplicações Financeiras	40.284	40.706
Total	40.298	40.708

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

**NOTA 5
CONTAS A RECEBER**

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Créditos com Pesquisas	70	13
Sócios Locatários	37	41
Outros Clientes – Estágios	1.593	90
Total	1.700	144

a) Créditos com Pesquisas – São créditos a receber referente a 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados, para avaliar a eficácia e segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa a cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

b) Sócios Locatários – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem um contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., que fornece a elas o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida e corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

c) Outros Clientes – Estágios – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes a estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de medicina, técnicos de enfermagem e de radiologia.



NOTA 6
PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Período Atual				Período Anterior			
	31/12/2022				31/12/2021			
Contas	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas/Transf.	Total	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas/Transf.	Total
ATIVO CIRCULANTE								
Contas a Receber								
Sócios Locatários	(37)	(3)	4	(36)	(31)	(6)	-	(37)
Outros Clientes	(6)	(75)	24	(57)	(33)	(32)	59	(6)
Subtotal	(43)	(78)	28	(93)	(64)	(38)	59	(43)
Outras Contas a Receber								
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(3.357)	(18)	-	(3.375)	(3.357)	-	-	(3.357)
Cessão de Pes. a Outras Entidades	-	-	-	-	(68)	-	68	-
Adiantamentos a Empregados	(86)	(42)	20	(108)	(101)	(52)	67	(86)
Devolução e Abat. a Fornecedores	(2.071)	(303)	86	(2.288)	(1.828)	(400)	157	(2.071)
Subtotal	(5.514)	(363)	106	(5.771)	(5.354)	(452)	292	(5.514)
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(10.523)	-	-	(10.523)	(10.523)	-	-	(10.523)
Multimed Equip. Eletrônicos Ltda.	(84)	-	-	(84)	-	-	(84)	(84)
Subtotal	(13.942)	-	-	(13.942)	(13.858)	-	(84)	(13.942)
Total	(19.499)	(441)	134	(19.806)	(19.276)	(490)	267	(19.499)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 7 SUBVENÇÕES A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
Manutenção do Custeio		
Saldo no Início do Período	20.230	23.960
Valor a Receber	288.261	236.252
Valor Recebido	(276.491)	(239.982)
Saldo no Final do Período	32.000	20.230
Covid-19		
Saldo no Início do Período	1.408	-
Valor a Receber	35.014	40.900
Valor Recebido	(35.753)	(39.492)
Saldo no Final do Período	669	1.408
Reformas		
Saldo no Início do Período	4.255	8.610
Valor a Receber	14.940	9.071
Valor Recebido	(18.745)	(13.426)
Saldo no Final do Período	450	4.255
Total	33.119	25.893

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, estão registradas no ativo circulante, com contrapartida no passivo circulante, as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde, pelo total orçamentado diretamente no orçamento do GHC pela Lei Orçamentária Anual nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 e nº 14.114, de 22 de abril de 2021. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados desta conta (Notas 22 e 38). Estas subvenções são utilizadas para custear as despesas com:

a) Manutenção do Custeio – A partir de janeiro de 2018 os recursos que eram oriundos de prestação de serviços passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento

do GHC, razão pela qual o Hospital deixou de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do SUS, o Município de Porto Alegre/RS, e de classificar contabilmente os recursos como prestação de serviços na receita bruta, tal qual era feito até 31/12/2017.

b) Covid-19 – Para fazer frente aos gastos provocados pela pandemia do novo coronavírus, o governo Federal, desde 2020, vem abrindo Crédito Extraordinário a favor do Ministério da Saúde, sendo especificamente ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., através de Medidas Provisórias – MP e convertendo em Lei. Em 2021 foram editadas as MP nº 1032, 1041 e 1062, os recursos aprovados são para atender o programa de trabalho 1058 - Atenção Especializada à Saúde – Funcional Programática – 10302 5018 6217 6512 – Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde, além de ter complementado o orçamento em mais R\$ 8.000 em 30/11/2021, totalizando R\$ 56.200. Para o ano em curso os valores a serem gastos já estão incluídos no orçamento de 2022.

c) Reformas e Demais Custeios – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas) e demais despesas de custeio em geral.

NOTA 8 ESTOQUES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifados	14.858	17.731
Farmácias	2.494	3.350
Subalmoxarifados	1.926	2.194
Perdas Estimadas com Estoques	(193)	(116)
Total	19.085	23.159

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento. A redução considerável no valor dos estoques dos almoxarifados do período atual em relação a 31/12/2021, está relacionada aos atendimentos de pacientes com Covid-19, principalmente, dos casos graves, os quais necessitavam de um volume elevado dos



materiais de paramentação e medicamentos classificados como “kit intubação”. Com o retorno de uma “certa” normalidade nos atendimentos se observa uma diminuição na aquisição destes itens, reduzindo os estoques físicos, bem como os custos inerentes e ao próprio processo de trabalho no que tange a sazonalidade e à dinâmica assistencial nos procedimentos realizados, os quais sofrem alterações e impactam em aumento ou redução no período a ser comparado. A abertura de novos processos licitatórios resultou em Atas de Registro de Preços, com preços bastante próximos a patamares pré-pandemia, o que ajudou a reduzir o valor total dos estoques.

NOTA 9 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Férias	15.324	13.917
Salários – Saldo Devedor	306	356
Salários – Demissões Anuladas	-	6
Décimo Terceiro Salário	20	16
Vale Transporte	15	11
Suprimento de Fundos	-	-
Total	15.665	14.306

O adiantamento de férias pago em dezembro será descontado dos empregados no mês seguinte. Os adiantamentos de décimo terceiro referem-se às antecipações aos empregados e foram descontados no final do ano por ocasião do pagamento. O vale transporte e saldo devedor são valores que não foram descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receber salário, ou estão sendo descontados parceladamente. O valor do suprimento de fundos se refere ao valor pago (limite de crédito) para colocar à disposição do suprido o cartão corporativo do governo federal,

utilizado para fazer pequenas compras. Todos os suprimentos de fundos foram baixados no final do exercício de 2022 com a devida prestação de contas.

NOTA 10 DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Retido de Fornecedores		
Saldo Anterior	2.997	2.574
Depósitos	2.455	2.250
Rendimentos	71	55
Baixas pelo Pagamento	(1.720)	(1.882)
Subtotal	3.803	2.997
Trabalhistas		
Saldo Anterior	172	167
Depósitos	-	115
Rendimentos	11	19
Devolvido ao Hospital	-	(129)
Baixas pelo Pagamento	(129)	-
Subtotal	54	172
Total	3.857	3.169

Os valores retidos de fornecedores são em cumprimento ao Art. 45, inciso IX, alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC, os quais visam garantir que as empresas terceirizadas tenham recursos para pagar os encargos trabalhistas quando devido aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos trabalhistas estão vinculados a ações judiciais em andamento.

NOTA 11
OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	3.556	3.654
Cessão de Pessoal a Outras Entidades	131	15
Devolução, Abatimentos e Multas a Fornecedores	3.685	2.520
Convênios	59	51
Adiantamento a Terceiros	852	787
Processos Seletivos	633	104
Créditos a Receber de Ações Judiciais	9.272	8.378
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	4	4
Outros Créditos a Receber – Aluguéis	8	7
Outros Créditos a Receber – Exclusividade Prest. Serviços Bancários	720	649
Outros Créditos a Receber – Rendimento de Aplicações Financeiras	112	109
Outros Créditos a Receber – Gestão Cadastro Empréstimos Consignados	13	10
Total	19.045	16.288

a) Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – Alguns funcionários foram cedidos a diversas Secretarias Municipais do Estado do Rio Grande do Sul e também para a Secretaria da Saúde dos Estados do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e do Distrito Federal. Destaca-se o valor a receber da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul de R\$ 3.364 em 31/12/2022, (R\$ 3.370 em 31/12/2021), referente ao período de outubro de 2017 a dezembro de 2018 e dezembro de 2022. Em 2018 foi feita uma análise minuciosa destes saldos e de todo o pessoal cedido com vistas ao cumprimento da legislação, especialmente do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017. Todos os demais valores a receber em 31/12/2022 se referem ao ressarcimento pelos salários pagos nos meses de dezembro de 2022 e de 2021.

b) Cessão de Pessoal a Outras Entidades – Trata-se do ressarcimento pelos salários pagos a dois funcionários cedidos, sendo um para o Conselho Federal de Enfermagem e outro para a Agência para o Desenvolvimento da Atenção à Saúde, durante o exercício de 2022.

c) Devolução, abatimentos e multas a fornecedores – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas pelo descumprimento de cláusulas contratuais por consequência da aplicação de penalidades previstas em contratos.

d) Convênios – Refere-se ao valor repassado em 27/01/2010 à entidade conveniada chamada Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais só foram recebidas quarenta parcelas, logo faltam receber vinte parcelas.

e) Adiantamentos a Terceiros – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês, no caso em janeiro de 2023.

f) Processos Seletivos – São créditos a receber oriundos de taxas de inscrição em concursos públicos arrecadadas por empresas contratadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. para elaboração de processos seletivos.

g) Créditos a Receber de Ações Judiciais – Referem-se a um termo de transação com o Município de Porto Alegre – RS, datado de 12 de maio de 2016, sobre a ação judicial de repetição de indébito, referente à imunidade tributária dos tributos municipais. O valor a receber de R\$ 9.272 em 31/12/2022 e R\$ 8.378 em 31/12/2021 corresponde a duas parcelas, uma com vencimento em julho de 2018 e outra em julho de 2019. Em decorrência das dificuldades do município em dispor de recursos financeiros e as necessidades do GHC de dispor de terrenos e imóveis para qualificação das suas Unidades Básicas de Saúde, um pedido de aditamento desta transação está sendo renegociado, desde 2017, para se converter o pagamento em bens imóveis. Os demais créditos a receber decorrentes deste processo estão registrados no longo prazo.

h) Créditos a Receber de Outras Ações judiciais – Resulta de um acordo judicial realizado em fevereiro de 2015 com a empresa Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 4 a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro.



i) Outros Créditos a Receber – São créditos a receber referentes: ao aluguel de área física a diversas associações de funcionários e, também, de uma sala destinada a cafeteria localizada no pavimento térreo do Centro Administrativo do GHC, a qual é alugada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP; à trigésima terceira parcela do contrato de exclusividade, pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha e depósitos judiciais do Banco do Brasil S.A.; à gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda.; e a rendimentos de aplicações financeiras referente ao terceiro decêndio de dezembro de 2022, sem liquidez imediata, disponível somente no mês seguinte.

NOTA 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Créditos e Valores – Clientes	40.127	40.127
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Trabalhista	338	339
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Cível	215	84
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	10.524	10.524
Depósitos Judiciais Cíveis	119	111
Depósitos Judiciais Trabalhistas	20.472	22.658
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – COFINS	649	611
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ICMS	1.321	1.250
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Municipais	9.401	9.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ADIR/Estadual	420	397
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Federais	43.028	41.320
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(13.942)	(13.942)
Total	112.672	112.880

a) Créditos e Valores: (i) De Clientes – São valores faturados e não recebidos do Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de maio de 2014 a novembro de 2017. Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a título de complemento de faturamento. Como ainda não foi recebido, o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança. (ii) De Repetição de Indébito Trabalhista – São duas ações trabalhistas, uma delas se refere à devolução de parte de uma ação judicial, paga com erro na atualização do cálculo, que será devolvida pelo reclamante em sessenta parcelas, das quais, estão registradas nesta conta, em 31/12/2022, nove parcelas (vinte uma em 31/12/2021), no valor total de R\$ 15 (R\$ 35 em 31/12/2021) e o outro crédito se refere a um depósito judicial trabalhista pago em duplicidade cujo valor, em 31/12/2022, é de R\$ 323 (R\$ 304 em 31/12/2021). (iii) De Repetição de Indébito Cível – Resultado de uma sindicância no valor de R\$ 84, transferido do ativo circulante para o longo prazo em maio de 2021, contra a empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. e mais quatro ações de regresso contra a Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. no valor de R\$ 131, totalizando R\$ 215.

b) Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul no valor de R\$ 1.532 e aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 8.256; Canoas, R\$ 213; Sapucaia do Sul, R\$ 218 e Fortaleza, R\$ 305, nos dois períodos, a saber: 31/12/2022 e 31/12/2021, valores estes incluídos em ação judicial de cobrança.

c) Depósitos Judiciais Cíveis – Destinados a garantir o pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização, atualizados pelo índice de correção da poupança.

d) Depósitos Judiciais Trabalhistas – São para recursos e estão depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

e) Créditos a Receber de Ações Judiciais – Oriundas de ações judiciais tributárias de repetição de indébito: (i) Da COFINS – Está na fase dos precatórios e já foi parcialmente

recebido; (ii) Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Está vinculada ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, e está em fase de execução. As duas ações estão sendo atualizadas pela SELIC; (iii) Dos Tributos Municipais – Também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre/RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889, a segunda parte no valor de R\$ 8.378 deve ser paga com recursos financeiros e está registrado no ativo circulante (Nota 11g) e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital por R\$ 827 e a construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 8.574, totalizando R\$ 9.401. Cabe destacar que desde 2017 esta transação está sendo renegociada com o município de Porto Alegre, para se converter o total a receber em dação em pagamento de bens imóveis; (iv) Do Adicional de Imposto de Renda – ADIR/Estadual – Pago de outubro de 1991 a outubro de 1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543; (v) Dos Tributos Federais – Referente à ação de repetição de indébito da imunidade tributária, cujo transito em julgado ocorreu em 27 de outubro de 2021.

f) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Referem-se à cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, importando nos dois períodos em R\$ 1.532, a diversos municípios do mesmo estado em R\$ 8.686 e ao município de Fortaleza/CE no valor de R\$ 305. Também foi transferido do ativo circulante para esta conta em junho de 2019 R\$ 3.335, referente aos valores não recebidos do Município de Porto Alegre/RS. Em maio de 2021 foi transferido para esta conta R\$ 84 referente à provisão para perdas do valor não recebido da empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda., referente ao resultado da sindicância nº 04/2015.

NOTA 13 ATIVOS CONTINGENTES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Repetição de Indébito		
Contribuições Previdenciárias	985.393	944.923
Total	985.393	944.923

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização provável, referentes às ações de repetição de indébito das contribuições previdenciárias (INSS Patronal e Terceiros), originárias do processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 24 de agosto de 2018.

NOTA 14 INVESTIMENTOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Participações Societárias	6.967	6.967
Em Outras Empresas	89	89
Em Outros Investimentos – AHPA	6.878	6.878
Perdas Estimadas	(4.219)	(2.212)
Em Outras Empresas	(40)	(40)
Em Outros Investimentos – AHPA	(4.179)	(2.172)
Total	2.748	4.755



As participações societárias em outras empresas foram colocadas à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se à participação sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não, da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio líquido da AHPA, apurado no balancete de novembro de 2022, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no Art. 49 do Estatuto Social da Associação. As perdas estimadas no investimento da AHPA, no exercício de 2022, foram de R\$ 2.006 (R\$ 810 em 2021).

Balancete Patrimonial e Demonstração do Resultado da AHPA	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	2.513	988
Ativo Não Circulante	11.226	11.804
Total do Ativo	13.739	12.792
Passivo Circulante	4.994	2.397
Passivo Não Circulante	3.851	3.851
Patrimônio Líquido	6.773	6.544
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	15.618	12.792
Receitas	14.796	14.534
Despesas	(16.675)	(15.887)
Superávit (Déficit) do Período	(1.879)	(1.353)
Serviços Prestados ao HNSC (em reais)	9.828.198	8.599.573
Roupa Processada para o HNSC (em quilos)	4.086.476	3.583.684



NOTA 15

IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

a) Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Imobilizado

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022			31/12/2022
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
IMOBILIZADO						
Terrenos	-	55.279	-	-	-	55.279
Edificações	10 a 60	141.083	-	(5)	1.350	142.428
Edificações em Imóveis de Terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50 a 60	3.194	-	-	-	3.194
Instalações	5 a 60	78.130	-	(298)	108	77.940
Instalações em Imóveis de Terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	3 a 25	187.944	525	(1.879)	2.010	188.600
Outras Máquinas e Equipamentos	3 a 25	8.033	69	(57)	102	8.147
Móveis e Utensílios	3 a 25	21.906	528	(246)	433	22.621
Veículos	5 a 10	1.383	-	-	-	1.383
Equipamentos de Processamento de Dados	3 a 20	40.379	919	(156)	1.287	42.429
Construções em Andamento	-	71.069	17.998	-	(1.458)	87.609
Outras Imobilizações em Andamento	-	2.562	6.224	-	(3.832)	4.954
Adiantamento a Fornecedor	-	-	19	-	-	19
Subtotal		611.338	26.282	(2.641)	-	634.979
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
Edificações	-	(45.244)	(3.228)	1	-	(48.471)
Edificações em Imóveis de Terceiros	-	(236)	(2)	-	-	(238)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(846)	(49)	-	-	(895)
Instalações	-	(30.419)	(3.729)	190	-	(33.958)
Instalações em Imóveis de Terceiros	-	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	-	(121.986)	(11.963)	1.792	-	(132.157)
Outras Máquinas e Equipamentos	-	(5.312)	(390)	49	-	(5.653)
Móveis e Utensílios	-	(13.790)	(1.393)	209	-	(14.974)
Veículos	-	(1.161)	(52)	-	-	(1.213)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(28.214)	(4.276)	149	-	(32.341)
Subtotal		(247.217)	(25.082)	2.390	-	(269.909)
Total		364.121	1.200	(251)	-	365.070

Nota: Vida útil Estimada em Anos.


b) Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Direito de Uso

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022			31/12/2022
		Custos	Adições	Depreciação	Transf.	Custos
DIREITO DE USO						
Direito de Uso	5	1.977	116	-	-	2.093
Depreciação Acumulada	-	(1.074)	-	(442)	-	(1.516)
Total		903	116	(442)	-	577

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

c) Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Intangível

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022			31/12/2022
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
INTANGÍVEL						
Software	3	955	-	-	-	955
Marcas e Patentes	-	8	6	-	-	14
Potencial Construtivo	-	892	-	-	-	892
Amortização Acumulada - Software	-	(955)	-	-	-	(955)
Total		900	6	-	-	906

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

Não houve alteração no saldo do intangível durante o ano de 2021. Os softwares, embora totalmente amortizados, continuam sendo utilizados. Os valores registrados na conta de marcas e patentes se referem ao custo com o registro da marca "GHC" e com o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI do pedido de patente (modelo de utilidade) do equipamento denominado "Sistema de instalação de soluções e aero câmara para aerossóis com porta para sistema fechado de aspiração para pacientes submetidos à Ventilação Artificial". O potencial construtivo tem origem em indenização por desapropriação, pelo Município, de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia em Porto Alegre/RS e será utilizado futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio.



NOTA 16

PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com Partes Relacionadas

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2022			31/12/2021		
ATIVOS E PASSIVOS	UNIÃO	FNS	AHPA	UNIÃO	FNS	AHPA
Subvenções a Receber	33.119	-	-	25.893	-	-
Transferência de Recursos	-	-	-	-	47	-
Investimentos	-	-	2.699	-	-	4.705
Subvenções a Realizar	(18.636)	-	-	(11.834)	-	-
Outras Contas a Pagar	-	(47)	-	-	(247)	-
Total	14.483	(47)	2.699	14.059	(200)	4.705

Legenda: FNS – Fundo Nacional de Saúde; AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

16.2 Efeitos no Resultado

Contas	Período Atual				Período Anterior			
	31/12/2022				31/12/2021			
RECEITAS E DESPESAS	UNIÃO	MS	FNS	AHPA	UNIÃO	MS	FNS	AHPA
Serviços de Higienização de Roupas	-	-	-	9.828	-	-	-	8.600
Perdas Estimadas com Investimentos	-	-	-	(2.006)	-	-	-	(859)
Reversão das Perdas Estimadas com Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	49
Subvenções para Custeio Realizado	1.541.074	-	200	-	1.593.984	-	111	-
Material de Consumo Recebido em Doação – Despesa	-	(483)	-	-	-	(259)	-	-
Material de Consumo Recebido em Doação – Receita	-	483	-	-	-	259	-	-
Imobilizado Recebido em Doação - Receita	-	42	-	-	-	1.151	-	-
Total	1.541.074	42	200	7.822	1.593.984	1.151	111	7.790

Legenda: MS – Ministério da Saúde; FNS – Fundo Nacional de Saúde; AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.



A Política de Transações com Partes Relacionadas foi elaborada nos termos da legislação em vigor, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2014/NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/12/2018 e revisada em 22/12/2021, conforme Ata 149 do Conselho de Administração. As transações efetivadas serão objeto de avaliação anual, a fim de se avaliar a conveniência de sua manutenção. As transações com a União se referem a repasses de recursos previstos no orçamento do Hospital para pagamento de pessoal e custeio, as com o Fundo Nacional da Saúde se referem ao repasse de recursos descentralizados (Termo de Execução Descentralizada – TED), as com o Ministério da Saúde são doações de materiais de consumo e bens imobilizados e as com a Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA são referentes ao Contrato nº 438/2021, de 28 de setembro de 2021 e Aditivo nº 321/2022, de 12 de agosto de 2022, cujo objeto é a prestação de serviços de higienização de roupas ao Hospital, com vigência de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal. A participação societária na AHPA está descrita na Nota 14.

16.3 Remuneração Paga ao Pessoal-Chave da Administração

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Diretoria Executiva	3	1.097	3	1.097
Remuneração	-	915	-	915
Um Terço de Férias	-	25	-	25
Gratificação Natalina	-	76	-	76
FGTS	-	81	-	81
Conselho de Administração	7	187	7	209
Conselho Fiscal	3	108	3	95
Comitê de Auditoria	3	108	3	143
Total	16	1.500	16	1.544

A Assembleia Geral Ordinária – AGO de 30/04/2021 prorrogou a gestão dos conselheiros de administração por mais dois anos e reelegeu os membros do conselho fiscal por mais dois anos. Na mesma data o Conselho de Administração prorrogou o mandato da Diretoria Executiva por mais dois anos. A maior, a menor e a média, das remunerações da Diretoria Executiva consta na Nota 32. Os conselheiros de administração e fiscal recebem a mesma remuneração mensal. Um dos membros do Conselho Fiscal optou por não receber remuneração durante o período que ocupou o cargo, ou seja, de setembro de 2020 a julho de 2021. Os três membros do Comitê de Auditoria foram eleitos pelo Conselho de Administração em 24/09/2018, com mandato de um, dois e três anos e remuneração mensal de quatro mil reais. Um dos membros foi reeleito em 29/08/2019 e o outro em 22/09/2020, ambos por três anos e o terceiro membro foi substituído em 23/09/2022. O substituto tem mandato de três anos, não houve reajuste da remuneração mensal. O terceiro membro eleito renunciou conforme Ata nº 220 do Conselho de Administração, de 23 de setembro de 2022, elegendo-se seu substituto no mesmo ato.

NOTA 17 FORNECEDORES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	21.269	15.889
Total	21.269	15.889

São registradas nesta conta as obrigações decorrentes de contratos, de acordo com a entrega do material ou a prestação dos serviços. O pagamento ocorre de acordo com o prazo de vencimento, normalmente de até trinta dias após o recebimento do produto ou serviço. O saldo em aberto significa basicamente que os valores não foram pagos por não estarem vencidos em 31 dezembro de 2022.

NOTA 18
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores	302	250
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas na Folha de Pagamento	5.534	4.141
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Não Retidas	4.467	1.839
Obrigações Trabalhistas	3	8
Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos	133	133
Total	10.439	6.371

As obrigações sociais e previdenciárias se referem ao valor da contribuição previdenciária retida sobre o valor das notas fiscais de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e aos valores retidos sobre a folha de pagamento, ambas com vencimento no mês seguinte. As contribuições previdenciárias não retidas se referem aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros) que em função do Hospital ter obtido a imunidade tributária e estar imune ao pagamento da cota patronal e terceiros, a legislação vigente prevê a retenção de 20% e não 11%, como efetivamente foi retido de 2018 a 2021, gerando desta forma uma diferença de 9%, não retida para aqueles contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS ajuizado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERGS que dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20%, podendo continuar a reter 11%. Como a retenção efetuada foi feita indistintamente para todos os contribuintes individuais à alíquota de 11%, a diferença de 9% está sendo fiscalizada pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Hospital a retificar as Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIPs de 2018 e 2019. Cabe destacar que o processo de fiscalização continua em andamento e que estão registrados nesta conta, no final do exercício de 2021, apenas os valores a pagar decorrentes das GFIPs que foram retificadas, cujos valores estão sendo atualizados mensalmente segundo o regime de competência. Embora os anos de 2020 e 2021 não estejam incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias

não retidas dos contribuintes individuais foram provisionadas e estão registradas no passivo não circulante. As obrigações trabalhistas são saldos de salários a pagar devolvidos pelo banco devido a problemas nas contas bancárias dos funcionários e o reembolso ao pessoal cedido de outros órgãos, no valor de R\$ 129, nos dois períodos, referente a janeiro de 2014 a janeiro de 2015, são devidos ao Município de Porto Alegre/RS e está em cobrança judicial. Em 31/12/2022 R\$ 4 são devidos à Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul a vencer em 30 dias.

NOTA 19
PROVISÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Férias	129.150	120.102
Provisão para 13º Salário	-	-
Total	129.150	120.102

As duas provisões foram calculadas com encargos de 8% referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a provisão de férias inclui também um terço de férias, conforme legislação vigente.

NOTA 20
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2022		31/12/2021	
	PC	PNC	PC	PNC
Contribuições Sociais				
Contribuições Previdenciárias	-	5.274	3.360	4.830
Total	-	5.274	3.360	4.830

Legenda: PC – Passivo Circulante; PNC – Passivo Não Circulante.

Foram provisionadas, nesta conta, em 31/12/2021, no passivo circulante, as contribuições previdenciárias não retidas em 2018 e 2019 dos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros), cujo processo de fiscalização



pela Receita Federal do Brasil está em andamento. O mesmo fato ocorreu nos anos de 2020 e 2021, embora este período não esteja sendo fiscalizado e as GFIPs também não tenham sido retificadas, os valores não retidos foram provisionados no passivo não circulante. Durante o exercício de 2022, o valor provisionado no ano anterior foi transferido para outra conta do passivo circulante (Nota 18).

NOTA 21

PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

a) Com Classificação de Risco Praticamente Certo e Provável

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2022		31/12/2021	
	PC	PNC	PC	PNC
INDENIZAÇÃO TRABALHISTA				
Saldo no Início do Período	320.132	441.158	316.364	402.404
Provisão/Reversão	105.250	(22.569)	71.081	43.110
Baixas/Pagamentos	(13.826)	-	(55.076)	(4.356)
Transferências	(13.804)	-	(12.237)	-
Saldo no Final do Período	397.752	418.589	320.132	441.158
INDENIZAÇÃO CÍVEL				
Saldo no Início do Período	2.374	7.250	989	13.558
Provisão/Reversão	2.248	29.631	1.873	1.280
Baixas/Pagamentos	(1.021)	-	-	(7.588)
Transferências	-	-	(488)	-
Saldo no Final do Período	3.601	36.881	2.374	7.250
INDENIZAÇÃO CÍVEL – IMUNIDADE				
Saldo no Início do Período	79.694	1.214	79.636	93
Provisão/Reversão	-	50	-	1.179
Baixas/Pagamentos	-	-	-	-
Transferências	-	-	58	(58)
Saldo no Final do Período	79.694	1.264	79.694	1.214
Total	481.047	456.734	402.200	449.622
Quantidade de Processos				
Indenização Trabalhista	1.856	1.238	1.443	1.433
Indenização Cível	25	40	8	32
Indenização Cível – Imunidade	1	1	2	1
Total	1.882	1.279	1.453	1.466

Legenda: PC – Passivo Circulante; PNC – Passivo Não Circulante.

As provisões são reavaliadas periodicamente, conforme estipula o Item 59 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e evidenciam a melhor estimativa corrente na data do balanço. Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável, o reconhecimento é realizado no passivo não circulante. Os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e tem como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. A partir de 2020, o orçamento destinado ao pagamento dos precatórios é transferido para o Tribunal Regional do Trabalho - TRT4, que é o responsável por realizar os pagamentos aos beneficiários, razão pela qual os recursos financeiros correspondentes são repassados diretamente para o referido tribunal e a provisão é baixada. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão é contabilizada no passivo circulante e não circulante, atualizada mensalmente pela cláusula contratual e conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável, respectivamente.

b) Com Classificação de Risco Possível

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade Processos	Valores Estimados	Quantidade Processos	Valores Estimados
Processos Judiciais				
Processos Cíveis	384	109.421	362	130.247
Processos Trabalhistas	1.506	191.731	1.447	136.151
Total	1.890	301.152	1.809	266.398

Os processos classificados com grau de risco possível não são contabilizados, apenas são divulgados em notas explicativas, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**NOTA 22
SUBVENÇÕES A REALIZAR**

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Subvenções para Despesas com Pessoal		
Saldo no Início do Período	170	233
Valor a Realizar	1.452.803	1.663.995
Valor Realizado – Transferido para a Receita	(1.452.921)	(1.664.058)
Saldo no Final do Período	52	170
Subvenções para Manutenção do Custeio		
Saldo no Início do Período	6.927	5.094
Valor a Realizar	256.551	236.252
Valor Cancelado	(11)	(10)
Valor Realizado – Transferido para a Receita	(245.716)	(234.409)
Saldo no Final do Período	17.751	6.927
Subvenções Covid-19		
Saldo no Início do Período	514	-
Valor a Receber	35.000	56.200
Dotação não utilizada	(61)	-
Valor Realizado – Transferido para a Receita	(34.864)	(55.686)
Saldo no Final do Período	589	514
Subvenções para Reformas		
Saldo no Início do Período	4.223	8.452
Valor a Realizar	14.694	9.072
Valor Cancelado/Reclassificado	(12.639)	(301)
Valor Realizado – Transferido para a Receita	(6.034)	(13.000)
Saldo no Final do Período	244	4.223
Subvenções para Demais Custeios		
Saldo no Início do Período	-	-
Valor a Realizar	2.555	1.880
Valor Realizado – Transferido para a Receita	(2.555)	(1.880)
Saldo no Final do Período	-	-
Total	18.636	11.834

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas no passivo circulante como subvenção para custeio de:

a) Subvenções para Despesas com Pessoal – Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

b) Subvenções para Manutenção do Custeio – A partir de janeiro de 2018 o Hospital passou a ser orçamentado diretamente no Orçamento da Seguridade Social por meio da Lei Orçamentária Anual nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 e nº 14.144, de 22 de abril de 2021. A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante. À medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

c) Subvenções Covid-19 – Para fazer frente aos gastos provocados pela pandemia do novo coronavírus, o governo Federal, desde 2020, vem abrindo Crédito Extraordinário a favor do Ministério da Saúde, sendo especificamente ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., através de Medidas Provisórias – MP e convertendo em Lei. Em 2021 foram editadas as MP nº 1032, 1041 e 1062, os recursos foram aprovados para atender o programa de trabalho 5018 - Atenção Especializada à Saúde – Funcional Programática 10302 5018 6217 6512 – Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde, além de ter complementado o orçamento em mais R\$ 8.000 em 30/11/2021, totalizando R\$ 56.200. Para o ano em curso os valores a serem gastos foram incluídos no orçamento de 2022. Reconhecida no ativo circulante na conta de subvenções a receber e no passivo circulante como subvenção a realizar é transferida para a receita na mesma proporção da despesa realizada.

d) Subvenções para Reformas e Demais Custeios – Serve para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judi-

ciais e demais despesas de custeio em geral. O valor a receber é reconhecido no ativo circulante tendo como contrapartida o passivo circulante, a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência.

NOTA 23 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2022		31/12/2021	
	PC	PNC	PC	PNC
Arrendamentos Imobiliários				
Saldo no Início do Período	401	502	386	866
Reajuste	80	36	15	38
Pagamento	(443)	-	(402)	-
Transferência	385	(385)	402	(402)
Saldo no Final do Período	423	153	401	502
Legenda: PC – Passivo Circulante; PNC – Passivo Não Circulante.				

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Em 2019 por ocasião da adoção inicial foram analisados todos os contratos vigentes em que o Hospital é o arrendatário, destes apenas três de locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. Em 31/12/2022 e 31/12/2021 são quatro contratos. Estão registrados no ativo o direito de uso e a depreciação e no passivo a obrigação do arrendamento. Foram considerados como arrendamento somente o valor fixo do aluguel a ser pago, embora os contratos tenham vigência de doze meses, identificamos com razoável certeza que a intenção da administração é continuar utilizando estes imóveis, razão pela qual a vigência foi estimada em cinco anos, a contar do início de cada contrato.

NOTA 24
OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Outras Contas a Pagar		
Obrigações com Entidades Públicas	47	247
Contribuições e Consignações de Empregados	-	-
Depósitos Retidos de Fornecedores	3.895	2.997
Obrigações com Outras Entidades	-	-
Total	3.942	3.244

a) Obrigações com Entidades Públicas – Os valores registrados nesta conta são a contrapartida do valor a receber registrado no ativo circulante como transferências de recursos a receber do Fundo Nacional de Saúde para compra de material imobilizado por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED nº 183/2019 e 137/2020.

b) Depósitos Retidos de Fornecedores – São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base no Art. 45, Inciso IX, Alínea “a”, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor retido é depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. e está registrado no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa vai ocorrer somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu com todas as obrigações previstas na referida legislação.

c) Obrigações com Outras Entidades – Corresponde ao valor do suprimento de fundos pago (limite de crédito) para colocar à disposição do suprido o cartão corporativo do governo federal, utilizado para fazer pequenas compras, todavia, no encerramento do exercício de 2022, estes valores foram baixados com a devida prestação de contas. Representa o compromisso assumido pelo Hospital em pagar a fatura do cartão de crédito quando for entregue a prestação de contas pelo suprido, no prazo máximo de sessenta dias. A contrapartida está registrada no ativo circulante na conta de adiantamentos a empregados (Nota 9).

NOTA 25
CAPITAL SOCIAL

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Ações				
Ordinárias	108.511.628	214.061	108.511.628	173.699
Preferenciais	4.530.000	8.936	4.530.000	7.251
Total	113.041.628	222.997	113.041.628	180.950

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente à União e está 100% integralizado. Para as ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função do saldo da conta de prejuízos acumulados ser superior aos eventuais lucros apurados. A Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, que ocorreu em 11 de abril de 2022, autorizou a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos em 2021 no montante de R\$ 42.047.418,80 (quarenta e dois milhões quarenta e sete mil quatrocentos e dezoito reais e oitenta centavos), alterando o valor do capital para R\$ 222.997, após integralização, sem a necessidade de emissão de novas ações.

NOTA 26
ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social		
Saldo no Início do Período	42.047	61.143
Valor Capitalizado	(42.047)	(61.143)
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital Recebidos	11.039	42.047
Saldo no Final do Período	11.039	42.047



Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano deverá ser capitalizado no ano seguinte até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência, conforme determina o Art. 2º, Parágrafo Único do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, o qual deu nova redação ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, (Nota 25).

NOTA 27 RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2022			31/12/2021		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	8.718	(385)	8.333	8.795	(77)	8.718
Total	17.748	(385)	17.363	17.825	(77)	17.748

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. A realização ocorre na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados. A provisão para IRPJ e CSLL constituída na época foi baixada após a obtenção da imunidade tributária.

NOTA 28 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2022			31/12/2021		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	16.115	(931)	15.184	17.047	(932)	16.115
Total	43.110	(931)	42.179	44.042	(932)	43.110

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da ICPC 10, Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante. Valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL obtida com o Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

NOTA 29 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receitas com Pesquisas	2.634	1.080
Receitas com Estágios	1.630	239
Receitas com Sócios Locatários	11	17
Total	4.275	1.336

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação dos sócios locatários (Nota 5). O montante reduzido da prestação dos serviços decorre da alteração na forma de contabilizar os repasses recebidos do Ministério da Saúde – MS, a partir de 01/01/2018, devido à orçamentação direta da receita da prestação de serviços, que passou a ser incluída no orçamento do Hospital e deduzido dos recursos destinados pelo Ministério da Saúde ao financiamento das ações e serviços da média e alta complexidade do Município de Porto Alegre/RS. Desde então

os repasses recebidos estão sendo contabilizados como subvenção para custeio (Nota 7) conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais.

NOTA 30 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos Serviços		
Salários e Encargos	(1.154.695)	(1.097.220)
Programa de Demissão Voluntária – PDV	(73.971)	-
Benefícios da Folha de Pagamento	(63.791)	(62.645)
Provisões Trabalhistas	(8.146)	(1.584)
Consumo de Material	(184.524)	(195.030)
Despesas com Serviços – PF	-	-
Despesas com Serviços – PJ	(111.134)	(105.615)
Depreciações/Amortizações	(18.326)	(18.368)
Encargos Tributários	(79)	(65)
Total	(1.614.666)	(1.480.527)

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Empregados Efetivos	8.414	8.684
Empregados Temporários	45	472
Médicos Residentes	377	383
Residentes Multiprofissionais	122	131
Total	8.958	9.670

O custo dos serviços prestados compreende todos os custos diretos aplicados na produção dos serviços tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas (médicos residentes, residência multiprofissional), jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, aluguéis, conservação reparos e manutenção, entre outros), depreciações, amortizações e encargos tributários (IPTU sobre aluguéis, taxa de coleta de lixo, contribuição para custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base no custo de cada setor diretamente vinculado ao custo dos serviços prestados. O aumento nos gastos com salário e encargos no exercício de 2022 é devido ao aumento por dissídios aplicados a diversas categorias de empregados e também com o Programa de Demissão Voluntária (PDV) de 2022, o qual não existia no exercício de 2021. A redução no consumo de materiais está relacionada com a redução da pandemia provocada pela Covid-19. Embora no primeiro semestre de 2021 tenha ocorrido uma explosão na demanda por leitos, causando um aumento significativo no consumo de materiais (Nota 8). No exercício de 2022, com a pandemia sob controle, houve redução nos gastos, porém com intensa demanda por outros tipos de atendimentos e com a crescente elevação nos preços. O aumento nas despesas com serviços prestados por pessoas jurídicas está relacionado, basicamente, com o aumento no preço de diversos serviços contratados (serviços médicos, vigilância, etc.) e na conta de energia e no preço dos fretes e carretos. Destacamos o aumento significativo nas provisões trabalhistas em virtude de reclassificações de risco pela Assessoria Jurídica, bem como pelo ingresso de novos processos.



NOTA 31 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas		
Salários e Encargos	(103.753)	(97.193)
Programa de Demissão Voluntária – PDV	(15.700)	-
Benefícios da Folha de Pagamento	(4.984)	(4.601)
Provisões Trabalhistas	(902)	(137)
Consumo de Material	(5.352)	(5.858)
Despesas com Serviços – PJ	(23.823)	(23.659)
Depreciações/Amortizações	(7.198)	(7.283)
Encargos Tributários	(72)	(89)
Total	(161.784)	(138.820)

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Empregados Efetivos	711	719
Total	711	719

As despesas gerais e administrativas compreendem todas as despesas aplicadas nos serviços administrativos, tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, aluguéis, conservação reparos e manutenção, etc.), depreciação e encargos tributários (taxa de coleta de lixo, contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base na despesa de cada setor diretamente vinculado às despesas gerais e administrativas. O aumento nos gastos com salário e encargos no exercício de 2022 é devido ao aumento por dissídios aplicados a diversas categorias de empregados e também com o Programa de Demissão Voluntária (PDV) de 2022, e que não existia no exercício de

2021. O aumento nas despesas com serviços prestados por pessoa jurídica está relacionado basicamente, com o aumento no preço de diversos serviços contratados (vigilância, informática, limpeza, estágios, entre outros) e também na conta de energia elétrica.

NOTA 32 REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2022			31/12/2021		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretoria Executiva	25.394	25.394	25.394	25.394	25.394	25.394
Conselho de Administração	2.751	2.751	2.751	2.751	2.751	2.751
Conselho Fiscal	2.751	2.751	2.751	2.751	2.751	2.751
Comitê de Auditoria	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Empregados	39.293	2.100	10.227	39.293	1.866	8.812
Nota: Valores em Reais.						

32.1 Benefícios a Empregados

	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valores	Média	Valores	Média
Vale Transporte	9.465.473	360	8.996.326	332
Vale Alimentação	40.038.284	368	42.194.632	368
Auxílio Creche	6.218.268	914	5.170.679	777
Total	55.722.025	-	56.361.637	-
Nota: Valores em Reais				

Em cumprimento à Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/16, Art. 12, Inciso I, combinado com o Art. 19 do Decreto nº 9.845/16, informamos no quadro acima a remuneração mensal e individual do pessoal chave da administração e empregados, incluindo vantagens pessoais, adicionais, horas

extras e despesas vinculadas à remuneração paga aos empregados. Cabe destacar que os diretores e conselheiros receberam a mesma remuneração do ano anterior. Na remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração, nem um terço de férias paga anualmente e o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente demonstrados na Nota 16.3. A despesa consolidada com a remuneração da diretoria executiva, dos conselheiros de administração e conselheiros fiscais totalizou no período de janeiro a dezembro de 2022 R\$ 1.500 (R\$ 1.544 no mesmo período de 2021). Os honorários mensais dos conselheiros de administração são fixados em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos ao adicional de férias e benefícios. Os acionistas fixaram na Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2022 o montante global de R\$ 1.717, a serem pagos aos administradores (Diretoria Executiva, Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria), no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023 e na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021 o montante de R\$ 1.798 para o período entre abril de 2021 e março de 2022. No exercício de 2022 foram gastos com os administradores R\$ 86 referentes a despesas de passagens e R\$ 34 com diárias, enquanto que, para os empregados, foram despendidos R\$ 206 com despesas de passagens e R\$ 33 com diárias. Cabe destacar que os benefícios a empregados foram apresentados considerando os valores acumulados de janeiro a dezembro de 2022, sendo que a média de beneficiados com vale transporte foi de 2.188 empregados, 9.064 para vale alimentação e 567 empregadas beneficiadas com auxílio creche.

NOTA 33 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Outras Receitas		
Doações Recebidas – Ministério da Saúde	353	1.410
Doações Recebidas – Patrocinadores de Pesquisa	567	1.442
Doações Recebidas – Empresas Privadas	778	1.869
Doações Recebidas – Município de Porto Alegre/RS	108	275
Doações Recebidas – Secretaria Estadual de Saúde (RS)	3	127
Exclusividade – Prestação de Serviços Bancários	8.225	7.336
Exclusividade – Gestão Empréstimos Consignados	134	112
Receita Eventual – Recuperação de Créditos	120	165
Receita Eventual – Multas Contratuais	2.249	630
Receita Eventual – Repetição de Indébito	-	43.268
Receita Eventual – Outros Créditos	3	-
Comissão por Intermediação de Negócios	658	-
Aluguéis	135	117
Reversão de Provisões	1.070	49
Total	14.403	56.800



a) Doações Recebidas – Compõem esta conta as doações recebidas de entes públicos e privados entre os quais destacamos as doações recebidas do Ministério da Saúde de que doou no ano de 2022 medicamentos no valor de R\$ 353. Os patrocinadores de pesquisas doam medicamentos vindos do exterior para serem utilizados nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Hospital. As empresas privadas doam materiais de consumo e bens móveis.

b) Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários – Receita decorrente do contrato pela centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores com o Banco do Brasil S.A. por sessenta meses a contar de 03/04/2020.

c) Exclusividade na Gestão de Empréstimos Consignados – São receitas pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados, com fornecimento de um sistema que execute o controle operacional e gerencial das operações de empréstimos pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda.

d) Receitas Eventuais – Composta por várias receitas, como a recuperação de créditos, que é a baixa de valores provisionados como perdas, devidos o seu recebimento em outro exercício, receitas de multas contratuais aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais e receita de repetição de indébito de retenção federal retida de fornecedores decorrente de pedido de restituição em 2011.

e) Comissão por Intermediação de Negócios – Repasse recebido em contrapartida à arrecadação de taxas para a inscrição em concursos realizados por empresa contratada.

f) Aluguéis – De área física à associações de funcionários e também de uma sala, localizada no Centro Administrativo do GHC, destinada à cafeteria alugada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Os contratos em que o Hospital é o arrendador são classificados como arrendamento operacional, conforme a norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. O reconhecimento dos recebimentos são registrados mensalmente como receita de aluguel e apropriados segundo o regime de competência.

g) Reversão da Provisão para Riscos Fiscais – Referente às contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais nos anos de 2018 e 2019 (Nota 20). O

valor provisionado em 2021 foi totalmente revertido durante o exercício de 2022, após a apuração do valor correto e a retificação de todas as GFIPs.

NOTA 34 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Outras Despesas		
Provisão para Indenização Trabalhista	(143.601)	(114.191)
Reversão da Provisão para Indenização Trabalhista	74.725	59.432
Provisão para Indenização Cível	(32.397)	(3.153)
Reversão da provisão para Indenização Cível	518	7.588
Provisão Indenização Cível – Imunidade Tributária	(51)	(1.179)
Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa	(147)	(490)
Perdas Estimadas com Estoques	(2.025)	(123)
Reversão para Perdas Estimadas com Estoques	1.821	-
Perdas Estimadas com Investimentos	(2.006)	(859)
Provisão para Riscos Fiscais	(438)	(8.190)
Encargos Judiciais	(1.413)	(1.251)
Mensalidades Associativas	(180)	(180)
Perdas Patrimoniais	(250)	(411)
Perdas Eventuais – Multas Contratuais	(10)	(27)
Perdas Eventuais – Outros Créditos	(288)	-
Perdas Eventuais – Doações	-	(30)
Perdas Eventuais – Prejuízos	-	(791)
Total	(105.742)	(63.855)

Compreende as despesas apropriadas com base no regime de competência, referente às provisões para indenização cíveis e trabalhistas (Nota 21), perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6), perdas com investimentos (Nota 14), provisão para per-

da com estoque (Nota 8), provisão para riscos fiscais (Nota 20), além de despesas com encargos judiciais (cíveis e trabalhistas), pensões vitalícias, custas e honorários advocatícios, mensalidades associativas pagas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIHOSPA, à Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE e perdas patrimoniais referentes ao valor residual dos bens baixados.

NOTA 35

PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas – Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A. Participam do plano apenas dois empregados em 31/12/2022 (cinco em 31/12/2021). O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e pelos participantes. No exercício de 2022 as contribuições do GHC foram de R\$ 74 (R\$ 183 no período comparativo de 2021).

NOTA 36 DESPESAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(1)	(1)
Juros Passivos	(323)	(182)
Multas Compensatórias	(8)	(314)
Encargos com FGTS	(23)	(27)
Variação Cambial	(3)	(7)
Total	(358)	(531)

Nas despesas financeiras estão registradas as despesas bancárias, os juros passivos e a variação cambial paga por ocasião do fechamento de contratos de câmbio de importação de medicamentos no primeiro trimestre de 2022 e juros referentes à atualização de contas do passivo com base no regime de competência. No exercício de 2022 foram registradas, nessa conta, um aumento significativo referente à atualização mensal das contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais dos exercícios 2018 e 2019, cujo o valor principal está registrado no passivo circulante, no grupo de obrigações sociais previdenciárias, bem como as multas compensatórias por atraso e recolhimento de tributos. Durante o exercício de 2022 houve multa de encargos de FGTS por recolhimento de funcionários que estavam em licença saúde, cujo período da licença foi convertido em acidente de trabalho.

NOTA 37 RECEITAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicação Financeira	4.656	2.958
Juros sobre a Repetição de Indébito de Tributos	1.802	199
Juros sobre Outras Contas do Ativo	962	399
Variação Monetária Ativa – Depósitos para Recursos (FGTS)	905	705
Variação Monetária Ativa – Outras Contas do Ativo	8	18
Variação Cambial	7	-
Total	8.340	4.279

Nestas contas estão registrados, com base no regime de competência, os rendimentos das aplicações financeiras, os juros sobre as repetições de indêbitos registradas no realizável a longo prazo no final do exercício de 2021 (Nota 12e), os juros e variações sobre diversas contas do ativo e a variação cambial sobre importações de medicamentos.



NOTA 38 SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Repasse Recebidos		
Pessoal	1.339.550	1.185.535
Pessoal – Devolução Depósitos Recursais Recebidos	(1.014)	(891)
Benefícios da Folha de Pagamento	77.324	74.047
Médicos Residentes	18.723	15.251
Residência Multiprofissional	6.178	5.476
Sentenças Judiciais Trabalhistas	11.146	9.703
Sentenças Judiciais Cíveis	1.038	490
Manutenção do Custeio	231.467	221.145
Manutenção do Custeio – Repasse Não Recebido	14.249	13.264
Manutenção do Custeio – Cancelamento de Repasse	(2)	-
Manutenção do Custeio – Covid - 19	34.864	55.686
Reformas	6.033	13.000
Pensões	1.317	1.239
Demais Custeios	201	150
Total	1.741.074	1.594.095

Os repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde e os valores com cotas do orçamento foram classificados na receita como subvenção para custeio e, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, são reconhecidos na receita quando utilizados, na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas de pessoal, encargos, benefícios da folha, indenizações cíveis e trabalhistas e demais custeios. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, que eram oriundos de prestação de serviços, passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 e nº 14.144, de 22 de abril de 2021, nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente, razão pela qual se deixou de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do

SUS (Município de Porto Alegre/RS) e de classificar, contabilmente, os recursos como prestação de serviços na receita bruta, da mesma forma que era feito até 31/12/2017. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante (Nota 22). A despesa (material de consumo e serviços) a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente pelo regime de competência, na mesma proporção da receita que por sua vez é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

NOTA 39 LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(114.458)	(27.223)
Provisão (Reversão) para Indenizações Trabalhistas	68.876	54.759
Provisão (Reversão) para Indenizações Cíveis	31.880	-
Provisão (Reversão) para Indenizações Cíveis – Imunidade Tributária	51	1.178
Provisão (Reversão) para Riscos Fiscais	(632)	10.029
Perda (Reversão) com Investimentos	2.006	810
Receita Eventual – Baixas Imunidade Tributária	-	(2.034)
Receita Eventual – Repetição de Indébito de Tributos Federais	(1.707)	(41.321)
Prejuízo do Exercício Ajustado	(13.984)	(3.802)

Nota: Prejuízo do Exercício Ajustado após Exclusão das Despesas sem Contrapartida na Receita e das Receitas sem Contrapartidas na Despesa.

Para ajustar a apuração do prejuízo em 31/12/2022 de R\$ 114.458 (R\$ 27.223 em 31/12/2021), excluimos destes valores as despesas sem contrapartida na receita e as receitas sem contrapartida na despesa deste exercício, o resultado apurado seria R\$ 13.984 em 2022 (R\$ 3.802 em 2021). Cabe destacar que a apuração frequente de prejuí-

zo fez com que a conta de prejuízos acumulados tornasse o Patrimônio Líquido negativo. Por ser estatal dependente e só receber recursos na medida de suas necessidades financeiras somente em situações pontuais poderá apurar lucro.

NOTA 40 COBERTURA DE SEGUROS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2022	31/12/2021
Limite Máximo de Indenização		
Incêndios	204.330	204.330
Roubos e/ou Furtos de Bens	2.724	2.724
Responsabilidade Civil das Operações	2.724	2.724
Veículos	2.900	2.900
Seguro de Vida em Grupo	54	50
Total	212.732	212.728

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A apólice para cobertura de incêndio (inclui explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza), roubos e/ou furtos de bens e responsabilidade cível, tem vigência de 13/08/2022 a 12/08/2023 e a apólice do seguro dos veículos para cobertura de danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez permanente, tem vigência de 18/11/2022 a 18/11/2023, 24h. O seguro de vida em grupo, contratado desde 18/09/2017, em cumprimento à Lei nº 11.788/08, Art. 9º, Inciso IV, Parágrafo Único, para a Residência Multiprofissional, prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovado anualmente. A vigência do aditivo atual é de 24/11/2022 a 23/11/2023.

NOTA 41 EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2022 até a data do encerramento das demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

NOTA 42 DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao Inciso VI do Art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	31/12/2022	31/12/2021	
PRODUÇÃO/QUANTIDADE			
Consultas	1.362.956	1.180.572	15,45
Procedimentos	663.626	451.340	47,03
SADT	4.360.580	4.040.118	7,93
Internações	51.093	46.138	10,74
Cirurgias/Curetagens e Outros	31.417	27.008	16,32
Partos	6.235	6.692	-6,83
Total	6.475.907	5.751.868	12,59
INDICADORES HOSPITALARES (Média)			
Média de Permanência	8,0 dias	7,9 dias	1,27
Taxa de Ocupação Hospitalar	80,6%	71,9%	12,10
Taxa de Mortalidade Institucional	4,4%	5,7%	-29,55
Total da Receita Menos as Reversões de Provisões	1.767.023	1.656.461	6,67
Legenda: SADT- Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêuticos; inclusos sessões de fisioterapia, quimioterapia e exames.			

Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS. Desse modo, os dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados à capacidade de atendimento e à demanda da população. Cabe destacar que, em decorrência da pandemia da Covid-19, a partir de 18/03/2020 o atendimento ambulatorial foi restrito aos casos que necessitavam de acompanhamento médico periódico, mediante avaliação da equipe responsável e as cirurgias eletivas foram todas suspensas. Estes fatos impactaram consideravelmente na produção dos serviços



prestados. Os atendimentos foram aos poucos sendo retomados e em 01/10/2020 teve início a remarcação on-line das consultas ambulatoriais não realizadas no período de 23 de março a 30 de setembro de 2020. Porém, em 01/12/2020, com o aumento de casos de Covid-19, as cirurgias eletivas voltaram a ser suspensas na matriz, exceto as cirurgias oncológicas e de urgências, e só foram retomadas em 01/05/2021. O maior volume de internações de Covid-19 ocorreu em março de 2021. Em 04/08/2021 começou um surto de Covid-19 na matriz que afetou treze áreas, contaminando pacientes e funcionários, gerando restrição de atendimento na emergência, suspensão das cirurgias eletivas e a reabertura dos leitos clínicos para atendimento de pacientes de Coronavírus. Passado o surto, em 14/09/2021 foram iniciados os atendimentos anteriormente suspensos. Para tentar recuperar a demanda reprimida foram realizados mutirões, entre os quais os de cirurgias especializadas (mamárias, oftalmológicas e cardíacas), de exames (outubro rosa, novembro azul e de colonoscopia), além de consultas urológicas. Estes fatos contribuíram para que a produção do GHC, em 2021, não tenha retornado à normalidade, apesar do crescimento apresentado. No primeiro trimestre de 2022, com a chegada da variante Ômicron da Covid-19, muito mais transmissível, porém menos letal, ocorreu o maior afastamento de profissionais de toda a pandemia e um aumento de 146% nas consultas de pacientes Covid-19 nas emergências quando comparados com o mesmo trimestre de 2021, enquanto que no mesmo período as internações de pacientes com Covid-19 diminuiu significativamente, possibilitando a internação de outros pacientes, o que contribuiu para o crescimento da produção. Nos trimestres seguintes do mesmo exercício, a produção voltou à normalidade, chegando no final de 2022 em 12,59% de crescimento. Destacamos, ainda, que o número de partos diminuiu 6,83% comparado com o exercício anterior.

NOTA 43 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. foram direcionados ao cumprimento dos seus objetivos sociais (Art. 2º do Estatuto Social) e estão contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis, razão pela qual não existem valores a serem informados nesta nota explicativa referentes a obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os objetivos sociais, conforme estabelece o Inciso I, do Parágrafo 2º, do Art. 5º, do Estatuto Social da Sociedade, bem como define o Parágrafo

fo 2º, do Inciso IX, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

NOTA 44 CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 21, 26 e 38) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Cláudio da Silva Oliveira
Diretor Presidente
CPF nº 000.786.600-33

Francisco Antônio Zancam Paz
Diretor Técnico
CPF nº 131.537.900-78

Moises Renato Gonçalves Prevedello
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 429.155.970-49

Cenilda Marta Rech Rodrigues
Contadora CRC/RS- 068247/O-5
CPF 367.083.300-59

Avenida Francisco Trein, nº 596, Cristo Redentor,
Porto Alegre/RS – Fone: (51) 3255-1627

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A – GHC

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Acionistas do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 39 e nº 44, que descrevem o efeito gerado por prejuízos, ocasionando um passivo a descoberto de R\$ 519.626 mil. Deve haver manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e adiantamentos para futuro aumento de capital. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normalmente e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralização das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, dos encargos e dos investimentos.

Ênfases

Efeitos do Covid-19

Conforme descrito na nota explicativa nº 42, em decorrência da pandemia causada pela COVID-19, a partir de 18 de março de 2020, o atendimento ambulatorial foi restrito aos casos de urgências ou que necessitassem de acompanhamento médico periódico, mediante avaliação das equipes. As cirurgias eletivas foram todas suspensas. Esses fatos impactaram consideravelmente na produção dos serviços prestados.

No primeiro trimestre de 2022, com a chegada da variante ÔMICRON, muito mais transmissível, porém menos letal, que causou o maior afastamento de profissionais de toda a pandemia e um aumento de cento e quarenta e seis por cento nas consultas de pacientes COVID-19 nas emergências em comparação ao mesmo trimestre de 2021, as internações de pacientes com COVID-19 diminuíram significativamente, possibilitando a internação de outros pacientes, o que contribuiu para o crescimento da produção. Nos trimestres seguintes do exercício, a produção voltou à normalidade, atingindo, no final de 2022, 12,59% de crescimento.

Ademais, destaca-se que o número de partos diminuiu 6,83% em comparação ao exercício anterior, seguindo uma tendência decrescente. Nossa opinião não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Também examinamos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para entidades abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e à legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a entidade continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Temos o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A Segurança Razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 13 de fevereiro de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

JORGE LUIZ
MENEZES

CEREJA:36012440049

Assinado de forma digital
por JORGE LUIZ MENEZES

CEREJA:36012440049

Dados: 2023.02.14
09:38:17 -03'00'

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico



HOSPITAL N.S. DA CONCEIÇÃO S.A. (Matriz)
HOSPITAL CRIANÇA CONCEIÇÃO
HOSPITAL CRISTO REDENTOR
HOSPITAL FEMINA

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO

CNPJ 92.787.118/0001-20 - Av. Francisco Trein, 596 F(51) 3357.2000 - Porto Alegre - RS - CEP 91350-200
CNPJ 92.787.118/0004-72 - Rua Álvares Cabral, 653 F(51) 3357.2000 - Porto Alegre - RS - CEP 91350-250
CNPJ 92.787.118/0003-91 - Rua Domingos Rubbo, 20 F(51) 3357.4100 - Porto Alegre - RS - CEP 91040-000
CNPJ 92.787.118/0002-00 - Rua Mostardeiro, 17 F(51) 3314.5200 - Porto Alegre - RS - CEP 90430-001

Vinculados ao Ministério da Saúde - Decreto nº 99.244/90



PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos, debates, reuniões, trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, realizados no período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2022, concluíram que:

- os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- a Auditoria Interna tem estrutura organizacional adequada às exigências da instituição, permitindo um desempenho satisfatório de suas funções, com atuação independente;
- a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada ocorrência alguma que pudesse comprometer sua independência;
- não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração do GHC, os Auditores Independentes da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração;

As opiniões e julgamentos do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., dependem das informações que são apresentadas, em particular pelos Administradores, Contabilidade, Assessoria Jurídica, Gerência de Auditoria Interna, Gerência de Governança, Riscos e Conformidade, Ouvidoria e demais Gerências, além dos Auditores Externos Independentes.

Neste sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido em 13 de fevereiro de 2023, e do Relatório Integrado, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis, devidamente auditadas pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, bem como do Relatório Integrado.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2023.

João Carlos Barros Krieger
Membro do Comitê de Auditoria

Volnei Ferreira de Castilhos
Membro do Comitê de Auditoria

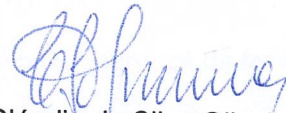
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do **Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.** - CNPJ 92.787.118/0001-20, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2022, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente – Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, e, do contido no Relatório Integrado - 2022, **DECIDE**, por unanimidade de votos, aprovar as referidas Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2023.



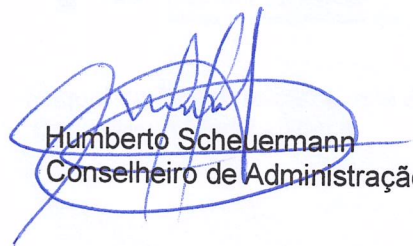
Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo
Presidente do Conselho de Administração



Cláudio da Silva Oliveira
Conselheiro de Administração



Ednilson Bomfim da Silva
Conselheiro de Administração



Humberto Scheuermann
Conselheiro de Administração



Marcos Paulo Dias Rodrigues
Conselheiro de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e do RELATÓRIO INTEGRADO, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2023. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório do Auditor Independente, datado de 13 de fevereiro de 2023, elaborado pela Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S, contendo a opinião de que as demonstrações contábeis apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., em 31 de dezembro de 2022, este colegiado OPINA pela aprovação do Relatório Integrado e pela aprovação, com ressalva, das Demonstrações Contábeis, em razão de lançamento de provisão superavaliada, com base em relatório fornecido pela Assessoria Jurídica do Hospital, com reflexo negativo no resultado do exercício de 2022, no valor de 20 milhões de reais.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 ARIONALDO BOMFIM ROSENDO
Data: 07/03/2023 12:52:04-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Arionaldo Bomfim Rosendo
Presidente do Conselho Fiscal

Documento assinado digitalmente
 RAQUEL DA RESSURREICAO COSTA AMORIM
Data: 07/03/2023 18:18:28-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Raquel da Ressurreição Costa Amorim
Conselheira Fiscal - Titular

Documento assinado digitalmente
 NEYDE GLORIA MOREIRA GARRIDO
Data: 07/03/2023 20:29:36-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Neyde Glória Moreira Garrido
Conselheira Fiscal - Suplente